

A large, bold, blue capital letter 'A' is centered on a solid black background. The letter has a classic, slightly stylized font with a wide base and a sharp point at the top. The blue color is a vibrant, medium-toned blue.

A large, stylized graphic of the letters 'IR' in a bold, sans-serif font. The letters are primarily black with a thick blue outline. The 'I' is a simple vertical bar, while the 'R' has a curved top and a small loop at the bottom. The background is white.

Atendendo às principais questões institucionais, as seguintes situações encontram-se aceites para Portugal, sob as seguintes condições de dupla maioria: para aprovar uma decisão são necessários 55% dos Estados-membros, compreendendo no mínimo 15 Estados e representando pelo menos 65% da população. Para que uma minoria possa bloquear qualquer decisão do Conselho, são necessários pelo menos 4 Estados-membros; relativamente à composição da Comissão, manter-se-á um comissário por Estado-membro até 2014, reduzindo-se depois para dois comissários para 23 do número de Estados-membros ou para outro número que venha a ser fixado por decisão unânime do Conselho Europeu. A partir dessa altura, a rotação dos comissários será feita por períodos de 5 anos, com um mínimo de 10 Estados-membros a serem representados. No Conselho, manter-se-á um representante por Estado-membro até 2014, reduzindo-se depois para dois representantes por Estado-membro ou para outro número que venha a ser fixado por decisão unânime do Conselho Europeu. A partir dessa altura, a rotação dos representantes será feita por períodos de 5 anos, com um mínimo de 10 Estados-membros a serem representados. No Conselho, manter-se-á um representante por Estado-membro até 2014, reduzindo-se depois para dois representantes por Estado-membro ou para outro número que venha a ser fixado por decisão unânime do Conselho Europeu. A partir dessa altura, a rotação dos representantes será feita por períodos de 5 anos, com um mínimo de 10 Estados-membros a serem representados. No Conselho, manter-se-á um representante por Estado-membro até 2014, reduzindo-se depois para dois representantes por Estado-membro ou para outro número que venha a ser fixado por decisão unânime do Conselho Europeu. A partir dessa altura, a rotação dos representantes será feita por períodos de 5 anos, com um mínimo de 10 Estados-membros a serem representados.

Ciclo de Conferências: Os Desafios do Futuro da Europa

Cycle of Conferences on the Challenges of the Future of Europe

3ª Conferência

A Arquitetura e a Geografia da União Europeia

3rd Conference

The Architecture and Geography of the European Union

LOCAL Auditório da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro | Vila Real

CONVITE INVITATION

maioria dos Estados-membros, relativamente à composição da Comissadeira-se-á um comissário por Estado-membro até 2014, reduzindo-se depois o número de comissários para 2/3 do número de Estados-membros ou para um outro número que venha a ser fixado por decisão unânime do Conselho Europeu. A partir dessa altura, a rotação entre nacionais de todos os Estados-membros far-se-á de forma estritamente igualitária; quanto ao Parlamento Europeu, estabelece-se, para a maioria dos Estados-membros, a existência de um comissário por Estado-membro, com excepção de alguns países: manteve-se a unimidade na Irlanda, nos recursos por não e no quadro financeiro plurianual, bem como um limitado recurso à maioria qualificada na Política Exterior e de Segurança Comum. Os avanços da maioria qualificada registaram-se principalmente na área da Justiça e Assuntos Internos, embora tivesse ficado prevista uma cláusula de salvaguarda na cooperação judiciária penal. Aplicar-se-á uma cláusula idêntica à segurança social dos trabalhadores migrantes. Haverá que destacar ainda um conjunto de objectivos comuns partilhados pela generalidade dos Estados-membros que, constando do projecto de Tratado apresentado pela Convenção, não foram adoptados pelo Conselho Europeu, nomeadamente: a extensão da competência de decisão do Conselho Europeu para a área da segurança e a situação jurídica dos cidadãos; o alargamento das competências do Parlamento Europeu relativamente à extensão da co-decisão; o reforço do papel dos Parlamentos Nacionais, quer na estabilização das com de decisão. Relativamente às principais questões institucionais, as soluções encontradas aceitáveis para Portugal, são as seguintes: sistema de dupla maioria: para aprovar uma decisão compreendendo no mínimo 15 Estados e representando pelo menos 65% da população. Para que uma minoria possa bloquear qualquer decisão do Conselho, são necessários pelo menos a maioria da Comissão, manter-se-á de um comissário por Estado-membro até 2014, reduzindo-se depois o número de comissários para 2/3 do número de Estados-membros ou para um outro número que venha a ser fixado por decisão unânime do Conselho Europeu. A partir dessa altura, a rotação entre nacionais de todos os Estados-membros far-se-á de forma estritamente igualitária; quanto ao Parlamento Europeu, estabelece-se, para a maioria dos Estados-membros, a existência de um comissário por Estado-membro, com excepção de alguns países: manteve-se a unimidade na Irlanda, nos recursos por não e no quadro financeiro plurianual, bem como um limitado recurso à maioria qualificada na Política Exterior e de Segurança Comum. Os avanços da maioria qualificada registaram-se principalmente na área da Justiça e Assuntos Internos, embora tivesse ficado prevista uma cláusula de salvaguarda na cooperação judiciária penal. Aplicar-se-á uma cláusula idêntica à segurança social dos trabalhadores migrantes. Haverá que destacar ainda um conjunto de objectivos comuns partilhados pela generalidade dos Estados-membros que, constando do projecto de Tratado apresentado pela Convenção, não foram adoptados pelo Conselho Europeu, nomeadamente: a extensão da competência de decisão do Conselho Europeu para a área da segurança e a situação jurídica dos cidadãos; o alargamento das competências do Parlamento Europeu relativamente à extensão da co-decisão; o reforço do papel dos Parlamentos Nacionais, quer na estabilização das com de decisão. Relativamente às principais questões institucionais, as soluções encontradas aceitáveis para Portugal, são as seguintes: sistema de dupla maioria: para aprovar uma decisão compreendendo no mínimo 15 Estados e representando pelo menos 65% da população. Para que uma minoria possa bloquear qualquer decisão do Conselho, são necessários pelo menos a maioria da Comissão, manter-se-á de um comissário por Estado-membro até 2014, reduzindo-se depois o número de comissários para 2/3 do número de Estados-membros ou para um outro número que venha a ser fixado por decisão unânime do Conselho Europeu. A partir dessa altura, a rotação entre nacionais de todos os Estados-membros far-se-á de forma estritamente igualitária; quanto ao Parlamento Europeu, estabelece-se, para a maioria dos Estados-membros, a existência de um comissário por Estado-membro, com excepção de alguns países: manteve-se a unimidade na Irlanda, nos recursos por não e no quadro financeiro plurianual, bem como um limitado recurso à maioria qualificada na Política Exterior e de Segurança Comum. Os avanços da maioria qualificada registaram-se principalmente na área da Justiça e Assuntos Internos, embora tivesse ficado prevista uma cláusula de salvaguarda na cooperação judiciária penal. Aplicar-se-á uma cláusula idêntica à segurança social dos trabalhadores migrantes. Haverá que destacar ainda um conjunto de objectivos comuns partilhados pela generalidade dos Estados-membros que, constando do projecto de Tratado apresentado pela Convenção, não foram adoptados pelo Conselho Europeu, nomeadamente: a extensão da competência de decisão do Conselho Europeu para a área da segurança e a situação jurídica dos cidadãos; o alargamento das competências do Parlamento Europeu relativamente à extensão da co-decisão; o reforço do papel dos Parlamentos Nacionais, quer na estabilização das com de decisão.



No âmbito da Presidência Portuguesa do Conselho da União Europeia, o Parlamento Português, através da Comissão Parlamentar de Assuntos Europeus, promove um Ciclo de Conferências para o debate aberto e plural sobre o futuro da União Europeia.

O Presidente da Assembleia da República e o Presidente da Comissão Parlamentar de Assuntos Europeus têm a honra de convidar Vossa Excelência para a 3.ª Conferência “A Arquitectura e a Geografia da União Europeia”, que se realiza no dia 17 de Julho de 2007, no Auditório da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, em Vila Real.

In the framework of the Portuguese Presidency of the European Union's Council, the Portuguese Parliament and its European Affairs Committee are promoting a Cycle of Conferences to openly debate the Future of Europe.

The President of the Assembly of the Republic and the President of the Parliamentary Committee on European Affairs have the honour of invite you to the conference on “The Architecture and Geography of the European Union”, which will take place on 17th July 2007, in Trás-os-Montes e Alto Douro's University Auditorium, in Vila Real.

programa

09h00 Recepção dos participantes e entrega de documentação

09h30 Sessão de Abertura

Oradores

09h45 Kazimierz Marcinkiewicz

10h05 Eduardo Lourenço

10h25 José Manuel Pureza

10h45 Pausa para café

11h05 Debate

13h00 Encerramento da Conferência

Presidente da Comissão Parlamentar de Assuntos Europeus,
Vitalino Canas

programme

09h00 Guest's Registration

09h30 Opening Session

Speakers

09h45 Kazimierz Marcinkiewicz

10h05 Eduardo Lourenço

10h25 José Manuel Pureza

10h45 Coffee break

11h05 Debate

13h00 Closing by the President of the European Affairs Committee,
Vitalino Canas